

As representações de Tia Marcelina: uma luta entre classificações

Morôni Laurindo do Nascimento *

“Já me falaram essa história que ela não tinha morrido que ela não morreu. Se eu to lá incomodado com isso. Esta tia que eu conheço morreu. Tem outra Marcelina que não morreu. E tem outra Marcelina que tá viva. E tem outra Marcelina que tá aqui. Tem outra Marcelina que vai entrar ali pela aquela fresta, que ta ali, por aquele buraco que tá ali. Tem outra Marcelina que vai sair lá na caixa-prego. São tantas tias Marcelinas que o mundo se marcelinizou-se”¹.

No ano de 2007 tive a oportunidade de participar, como assistente de direção, na produção do documentário *1912: O Quebra de Xangô* (DOCTV-2007)². O documentário foi dirigido pelo antropólogo - cineasta Siloé Amorim³. Para a confecção desta obra foram filmadas entrevistas com intelectuais, além de serem percorridas algumas casas de cultos afro-brasileiros de Maceió e de outras cidades alagoanas (Cajueiro, Atalaia e Limoeiro de Anadia), tendo sido também incluído o terreiro da Nação Xambá, localizado em Olinda-PE⁴. Foram realizadas entrevistas com adeptos de tais casas de cultos.

Para a realização do documentário, buscou-se depoimentos sobre o “Quebra dos Terreiros”, ocorrido em Maceió, em 1912, que consistiu na destruição de vários terreiros de Xangô⁵ e perseguição a seus adeptos.

Desta minha experiência surgiram as primeiras reflexões que resultaram em meu Trabalho de Conclusão de Curso⁶, no qual fundamento o presente artigo. Assim, o material não editado, gravado em DVD, também é utilizado como fonte de dados etnográficos.

Os depoimentos registrados podem servir para uma reflexão sobre a identidade religiosa afro-brasileira em Alagoas, num momento em que a câmera representa um meio de expressão oral e imagética, para aqueles que a sociedade alagoana quis manter invisíveis e silenciosos.

O episódio conhecido como Quebra dos terreiros, ocorreu na noite do dia 1º de Fevereiro de 1912, em Maceió. As casas de cultos afro-brasileiros, os Xangôs, foram invadidas, às vésperas do carnaval, por populares liderados pela *Liga dos Republicanos Combatentes*⁷. Essa associação, constituída por uma maioria de operários, era liderada pelo tenente reformado do exército, veterano da guerra de Canudos, Manoel Luiz da Paz.

Nesta noite foram destruídos paramentos e utensílios religiosos e espancados sacerdotes e filhos de santo. Uma turba, em procissão de escárnio e algazarra, percorreu a cidade, profanando os terreiros e recolhendo seus objetos sagrados, que tiveram como destino serem jogados em uma grande fogueira em via pública⁸. Ação violenta que se estendeu para cidades circunvizinhas.

Segundo Abelardo Duarte (1974:12) um dos primeiros terreiros a serem atacados foi o de Tia Marcelina que *“recebeu na ocasião do Quebra-Quebra, em sua casa, um golpe de sabre na cabeça, violento golpe que a deixou prostrada e banhada em sangue”*⁹. Uma das

conseqüências deste evento foi a modificação, por parte dos adeptos, das práticas de culto aos Orixás, criando o chamado “Xangô rezado baixo”¹⁰. A outra foi que estes partissem das Alagoas em busca de águas mais tranqüilas.

Este ato, conduzido pela *Liga dos Republicanos Combatentes*, associação civil vinculada ao partido opositor Republicano Democrata, se dá no auge de uma briga política entre a oposição e o Governador Euclides Vieira Malta. Às vésperas da eleição, que tinha como candidatos Clodoaldo da Fonseca para governador e Fernandes Lima para vice, disputando com o oligarca que é acusado por seus opositores de utilizar “feitiçarias” dos Xangôs para se manter no poder.

Na campanha da oposição são atribuídos ao então governador adjetivos como “Soba da Mata Grande”¹¹, “Leba”¹², “papa do xangô alagoano”¹³. Sendo através dessa suposta ligação às práticas religiosas de origem africana, desmoralizado perante a sociedade alagoana. Euclides Malta é impedido de perpetuar-se no cargo que ocupava há doze anos.

Na entrevista para o documentário, o antropólogo Ulisses N. Rafael explica¹⁴:

“É como se finalmente a oposição tivesse encontrado, vamos dizer assim, um foco, tivesse encontrado um ponto vulnerável dentro da atuação do Euclides Malta, porque até então nenhuma das coisas que se tentou foi suficiente pra que ele ficasse impedido de continuar no poder. E isso parece que tem um efeito devastador. Essas acusações de ligações dele com os terreiros causam realmente um estardalhaço, de modo que ele fica completamente desmoralizado”.

As acusações ao Governador, de se relacionar com os Xangôs, são vinculadas, principalmente, no periódico oposicionista *Jornal de Alagoas*. Neste, na série de matérias intituladas “*Bruxaria*”, publicada nos dias conseqüentes ao episódio também conhecido como “Operação Xangô”, a suposta relação de Euclides Malta com os Xangôs denota a “Mãe de santo” Tia Marcelina como sua “feiticeira” protetora.

Segundo as referidas reportagens, o “*nefasto governo*” de Euclides Malta e as ditas “*casas de feitiçaria barata*” que, segundo este periódico, se encontravam extremamente difundidas pela cidade de Maceió, se relacionavam “*na mais estreita afinidade*”. De acordo com este jornal,

sabia-se que a grande força em que o inepto oligarca apoiava o seu governo era o Xangô, e com essa confiança no fetiche ignorante mantinha em completa debandada todos os outros poderes orgânicos do Estado (Jornal de Alagoas, 04/02/1912 apud Rafael, 2004).

Nesse momento, Tia Marcelina surge no periódico oposicionista como representante das práticas afro-alagoanas, portanto, nomeada nas páginas do *Jornal de Alagoas* por termos pejorativos que lhe atribuem enquanto negra e sacerdotisa. Esta nomeação também é uma forma de *insulto* (Bourdieu, 1996) a Euclides Malta.

Exemplo disto é a descrição de um suposto ritual “*Na casa da 'tia' Marcelina, a mais freqüentada pelo Sr. Euclides e os seus amigos*” realizado próximo às novas eleições em que Tia Marcelina teria pressentido a vitória do adversário de Euclides Malta:

Tia Marcelina preparou a sessão, de acordo com o chefe, e às 8 horas mais ou menos, o **Soba** entrou nessa casa de uma das ruas mais esconsas da Levada, acompanhado de um dos seus áulicos, que bem conhecemos. Os trabalhos já haviam principiado e a **negra 'Mãe de santo'**, modulando **sorrisos de megera, olhares esgazeados de víbora saciada**, correu com a mão o reposteiro de uma saleta contígua e lá ficou o 'Ogum-taió'da Praça dos Martírios, guardado às vistas dos seus irmãos e do pessoal que na rua avidamente olhava as danças e os requebros da 'tia Marcelina.[...].

Depois foram todos para o **quarto de feitiçaria**, e diante do 'pegi' uma grande panela ardia sobre um fogo vivíssimo, tendo a ferver, em uma **mistura de feitiçeiro**, sapos, pintos, cabelos, pedras, azeite de dendê, umas pequenas frutas semelhantes a cola e outras iguarias. Tia Marcelina principiou a mecher desordenadamente e a negra que estava com o 'santo na cabeça', em palavras quase imperceptíveis, repetia 'colo', colo', 'colo'... 'doaldo'. Terminou aí a sessão e o Sr. Euclides, meio desconcertado com as profecias do 'santo' retomou o caminho do palácio, onde, conta-se, passou mal à noite (Jornal de Alagoas, 08/02/1912 apud Rafael, 2004)¹⁵.

Este artigo baseia-se na hipótese defendida pela antropóloga Rachel Rocha¹⁶, e apresentada no documentário *1912: O Quebra de Xangô*, de que mesmo sendo a disputa política a causa direta do ataque aos terreiros, é a representação negativa que possuíam essas práticas no imaginário da sociedade alagoana que possibilita o sucesso da campanha insultuosa da oposição. Rachel Rocha afirma em sua entrevista que:

“O argumento do contexto político local, ou seja, da disputa de Euclides Malta com Fernandes Lima, ele é assim a gota d'água que faz transbordar o copo, mas ele não explica sozinho o sucesso da operação Xangô. O que explica, no meu entendimento, o sucesso dessa operação, desse massacre às casas de culto, é a introjeção desse comportamento violento como normal e fundante do território”.

O insulto à oligarquia Malta de utilizar *feitiçarias* para se manter no poder, desencadeia, talvez, uma violência na sociedade alagoana contra as referências de matriz africana. Como conclui Rachel Rocha em sua entrevista:

“Por que a oposição de Fernandes Lima teria usado essa argumentação da associação de Euclides Malta às casas de culto para fazer uma contra propaganda do governador? Porque ele sabia que esse argumento ecoava negativamente na população, então essa era uma população preparada secularmente para não gostar dessas referências, para se envergonhar dessas referências, para querer esconder sua africanidade do resto da população, esconder esses traços da nossa suposta africanidade” (1912: O Quebra de Xangô).

Mesmo conseguindo o intento oposicionista de destronar Euclides Malta e vingar-se dos Xangôs, a perseguição a essas modalidades religiosas continua. É o que vamos encontrar em “*O Jornal de Alagoas*”, na coluna “*Prato do dia*”, em 23 de Julho de 1912, ou seja, cinco meses após o Quebra dos terreiros:

“Sobre os lèbas, recebi o seguinte:

<< QUE DOIS !!! >>

Anacleto Pai Santo.

Nicolau Idem Santo.

A Ilha de Santa Rita é quem está servindo para instalação do Shangô, dirigido por estes boçães que querem viver á custa da ignorância de Zé Povo.

Temos a prova mais robusta que estes dois sem vergonhas estão uzando do Shangô naquelle povoado, uma vez que aqui não podem mais contar com de Lèbas que apreciavão estes costumes selvagens. Recommendamos estes quadrúpedes á Polícia e ao sr. Manoel Luiz da Paz, para lhe darem o castigo merecido. As autoridades locais devem zelar os interesses do povo afim de não deixar ser explorada a ignorância de certos ingenuos. Cuidado!”.

É como *lèbas* que continuam a ser estigmatizados Euclides Malta e seus correligionários mesmo após as eleições ganhas pelo partido Democrata. São os termos “referentes” à matriz cultural africana que servem de *insultos* nessa guerra pelo poder político, na intenção de desclassificar o adversário diante da sociedade alagoana. Percebe-se que a origem africana evidenciada nas práticas religiosas, ou em qualquer outra manifestação de negritude não gozava de aceitação nessa Alagoas do princípio da República que se pretendia branca e civilizada.

À Tia Marcelina se atribui concepções distintas, em diferentes momentos históricos: da forma pejorativa como é apresentada em 1912, no *Jornal de Alagoas*, à sua atual figura, quando reaparece com adjetivos positivos nas entrevistas feitas com os adeptos para o documentário *1912: O Quebra de Xangô*.

Entre outros importantes babalorixás e yalorixás perseguidos em 1912, destaco Tia Marcelina, pois acredito que ela torna-se, a partir do *Jornal de Alagoas*, uma *representação* na “*luta entre classificações, dimensão de toda luta de classes*”, (Bourdieu, 1996:81), entre os adeptos da religião afro-brasileira em Alagoas e o restante da sociedade alagoana. Um conflito que se utiliza da memória, que é evidenciado tanto na lembrança como no esquecimento, e provoca implicações na afirmação identitária dos adeptos da religiosidade afro-alagoana.

Há um silêncio pós 1912, persistente em sepultar a História de tantos líderes espirituais e adeptos das religiosidades afro-alagoanas. Segundo Abelardo Duarte (1974), alguns desses seriam: Mestre Félix, dono de terreiro em Jaraguá; João Catarina, dono de terreiro no Trapiche da Barra; João Fufun, fundador de terreiro na Levada; Manuel Guleijú, dono de afamado terreiro no Mutange; Maria da Cruz, Mãe do terreiro de Ijêxá, no Flechal de Cima; Tio Salú, famoso Pai-de-santo que fazia intercâmbio de peças rituais entre Alagoas,

Bahia e África. Os referidos Pais e Mães de Santos têm como destinos a violência, a fuga, o silêncio.

Segundo Bourdieu,

O ato de instituição é um ato de comunicação de uma espécie particular: ele *notifica* a alguém sua identidade, quer no sentido de que ele a exprime e a impõe perante todos (...), quer notificando-lhe assim com autoridade o que esse alguém é e o que deve ser. Pode-se observar isso com a injúria, espécie de maldição (“*sacrê*” também significa “maldito”) que tenta enredar sua vítima numa acusação que funciona como um destino (Bourdieu, 1996:101).

Tia Marcelina, como representante desse período, também tem como destino ser “silenciada” na memória dos adeptos, bem como acontece com o próprio episódio do “Quebra”, ressurgindo, posteriormente, por parte de uma intelectualidade que começa a se debruçar sobre 1912 e suas conseqüências nas atuais manifestações afro-alagoanas.

O resgate da Memória: O renascimento de Tia Marcelina.

O resgate da figura da Tia Marcelina, em uma literatura sobre as práticas religiosas afro-descendentes, dá-se nos escritos de Abelardo Duarte (1952 e 1974) e Oséas Rosas (1959). Estes se referem a ela como uma importante yalorixá, portadora da “*Coroa de Dadá*”, um título proveniente de sua origem africana, dona de um terreiro da nação Nagô.

Segundo Abelardo Duarte, o terreiro de Tia Marcelina deveria ter mais 50 anos e, a este, “*principalmente*”, pertenceram as peças que compõem a “*Coleção Perseverança*” (Duarte, 1952:66).

Sobre a memória dos terreiros, o evento de 1912 e Tia Marcelina, em um relato contemporâneo, o Historiador Sávio de Almeida (2003:72) narra que:

Muitos fogem para se salvarem; muitos ficam mudos. Um dos símbolos desse período de martírio foi a Tia Marcelina que, segundo a memória dos cultos de Maceió, foi morta dentro do Pejí, chutada pela polícia. Há cerca de 25 anos, quando fizemos uma sondagem de sua presença no culto, seu nome era lembrado e a tradição mantida falava de seu terreiro nas bandas da praça Sinimbu. Ali teria morrido e, enquanto recebia chutes, dizia: “Pode chutar, pode matar a preta velha, mas depois nem dou três dias para você morrer também”. Dito e feito: a perna do soldado foi murchando até que ele todo murchou-se e morreu encolhido e ‘encarangujado’.

Em entrevista para o documentário *1912: O Quebra de Xangô*, Sávio de Almeida relata sua experiência:

“Eu ouvi falar da tia Marcelina quando eu andava por esses terreiros daqui de Alagoas na década de 60. Eu nunca havia lido nada a respeito da tia Marcelina, nem sobre o Quebra na época que eu

andava. Eu conheci muitas pessoas que fizeram referência a isso, e, veja um negócio interessante, porque é uma coisa um tanto quanto recente. Por que aconteceu em 12, isso que eu estou falando deve ter sido entre 68 a 70, então você tem pouco mais de 50 anos. O registro estava muito quente ainda na memória do povo da macumba, como se chamava aqui em Alagoas. Então, eu escuto falar sobre ela, escuto contar as histórias, às vezes maravilhosas”.

De acordo com este historiador, o filho de santo Coronel Belarmino, e os babalorixás “*Celestino, Luiz Marinho e Joca*”,

“diziam que o terreiro da tia Marcelina era ali perto onde hoje é o restaurante [residência] universitário¹⁷, e eu morava naquela casa da esquina que eles diziam que ali era o terreiro (...). Pois bem, então ali teria morado a tia Marcelina e se deu um episódio que eles consideravam, assim, quando a gente conversava, o limite do ataque ao sagrado, o desrespeito absoluto ao pejí. Porque a grande coisa do Quebra, a grande pancada que o Quebra pretende dá nos cultos é o desrespeito ao pejí”.

Sávio de Almeida acrescenta, sobre Tia Marcelina:

“Até o que um erudito chamaria “as fabulações de tia Marcelina”, demonstra essa dignidade incalculável que ela tem. Por que triste de quem é só um. (...). Mas a tia Marcelina não. A tia Marcelina ela enfeita a imaginação, não é? A tia Marcelina dá razões de mundo. Então, é nesse sentido que eu tenho por ela um carinho histórico, se eu posso dizer assim. (...) Por isso é que eu nunca estudei o Quebra. Por que eu não podia transformar o Quebra numa categoria racional de doutoramento. Eu, Luiz Sávio de Almeida. Adorei quando o menino fez¹⁸. Eu preferi escrever uma tolicezinha, e quando não é uma carta de amor para tia Marcelina¹⁹, por que não importa, mas eu amo a velha. (...) Nem quero tocar no assunto. Ela é muito importante pra mim, por que ela me demonstrou muita coisa, sabe? Ela me ensinou uma grande coisa. Ela me ensinou que quando você precisa encontrar razão suficiente pra você enfrentar um sistema, você enfrenta. E enfrentou pelas coisas próprias do Quebra. Eles iam arrebentar um qualquer?”.

A Tia Marcelina que o historiador Sávio de Almeida conhece por meio de babalorixás na década de 60, e apresenta para o documentário, não é mais a Tia Marcelina “megeira” do Jornal de Alagoas em 1912, mas também é distinta da remota yalorixá africana dos escritos de Abelardo Duarte e Oséias Rosas. Essa Tia Marcelina é um símbolo de resistência, pois sobrevive ao Quebra de 1912 e ao tempo. Uma entidade presente que pode ser invocada com vários sentidos.

A liberdade de culto das religiões afro-brasileiras, em Alagoas continua sendo parcial. Essas práticas atuam sob determinadas condições estabelecidas pelo restante da sociedade.

Isto pode ser percebido a partir da ocupação espacial periférica dos terreiros, calendário e horário dos rituais e a exposição pública que as fazem diferentes das outras religiões praticadas no país.

Essa religiosidade alagoana tem ganhado visibilidade na academia e na mídia em produções contemporâneas. Nestas produções, Tia Marcelina continua a ser lembrada, quando se trata da religião afro-brasileira em Alagoas:

* Como personagem da perseguição de 1912, principal foco da suposta ligação de Euclides Malta com os Xangôs. Na tese de doutorado defendida pelo Antropólogo Ulisses Neves Rafael, na UFRJ, em 2004.

* Como símbolo de resistência e ícone da cultura popular alagoana, no Manifesto Sururu do antropólogo Edson Bezerra, publicado em 2004, no Jornal Tribuna de Alagoas, defendendo uma alagoanidade a partir de elementos fundamentais na cultura alagoana que foram marginalizados pelas classes dominantes.

Segundo o Manifesto,

Temos muitas dívidas: para com a morte de Tia Marcelina, por exemplo. E temos muitas outras. Uma delas é a seguinte: a Praça 13 de Maio deveria ficar na Praça dos Martírios e a estátua do negro Zumbi no lugar do Marechal. Fariamos assim muitas festas e celebraríamos com os batuques o sincretismo de nossas mestiçagens. Quem sabe então ele, Zumbi, não rezaria uma missa pra depois dançar Xangô? (Manifesto Sururu, 2007).

Há um movimento constituído a partir do Manifesto Sururu que tem organizado eventos relacionados ao Quebra de 1912, nos quais Tia Marcelina é representação de resistência da religiosidade afro-alagoana. No repensar das “imagens de Alagoas” que o Movimento Sururu propõe, a Tia Marcelina está “*como se ela fosse Nossa Senhora dos Prazeres*”²⁰.

* No documentário há cenas ficcionais que representam uma Tia Marcelina criada pelo diretor a partir de pesquisa nos materiais acima referidos, bem como a partir das entrevistas dos adeptos registradas para o filme. Esta imagem de Tia Marcelina é resultado de duas *mise en scène*²¹, mesmo que a Tia Marcelina fictícia, como fruto da interpretação do próprio diretor sobre este processo, possa ser rejeitada por parte dos adeptos.

Outros trabalhos, recentemente, têm abordado o “Quebra de 1912”, e Tia Marcelina vem suscitando outras representações. É importante observar que quando esta personagem ressurgue nas entrevistas dos adeptos das religiões de matriz africana em Alagoas, registradas para o documentário “1912: O Quebra de Xangô”, é como *representação* de uma identidade positiva das religiões de matriz africana.

Não tenho a intenção de comparar descrições sobre Tia Marcelina, em busca de possíveis consensos. Tento entender os sentidos com os quais Tia Marcelina surge na memória²² religiosa afro-alagoana, em frente à câmera, durante as entrevistas para o documentário.

Tomo como estudos de caso os depoimentos do babalorixá Pai Maciel²³ e da filha de santo Rosa Mossoró²⁴. Pai Maciel, que afirmou estar nos seus 97 anos de idade, disse possuir uma detalhada memória sobre a Tia Marcelina: a relação desta com Euclides Malta, a perseguição em 1912, e as circunstâncias da morte da “*yalorixá mais famosa do Estado de Alagoas*”. Já Rosa Mossoró iniciou seu depoimento dizendo que não sabia explicar o que aconteceu com Tia Marcelina, pois nunca ouviu relato de alguém que viveu durante o Quebra, mas transparece em seu discurso uma interpretação particular sobre quem esta teria sido.

Pai Maciel:

“A tia Marcelina Quirino da Costa foi a minha bisavó de santo. Minha bisavó de santo porque foi a Mãe de santo de mestre Aurélio Marcelino do Ó da Costa, Pai-de-santo da minha Mãe-de-santo, Mãe Stefânia Nogueira (...). Pelas fotos que existia na casa de meu avô, ela era uma pessoa, uma tia, uma escrava, uma senhora de... não era brasileira. Escrava, né? Não era muito alta, nem era magra. Era uma pessoa forte, mas uma pessoa numa regular estatura: nem baixinha demais, nem altona. Uma estatura regular. Forte (...).

De acordo com Pai Maciel, o conhecimento a respeito de Tia Marcelina teria sido herdado através de uma genealogia religiosa. Identificando-se como bisneto de santo de Tia Marcelina, este se atribui um conhecimento que começa a ser demonstrado, em seu depoimento, através da descrição física dela.

Tia Marcelina é apresentada por Pai Maciel como sendo sua ancestral, não por uma linha sangüínea, mas da descendência de família-de-santo, significando, assim, a existência de uma tradição religiosa que se dá por um parentesco ritual.

A descrição de Pai Maciel parece consagrá-lo ainda mais ao posto que este reivindica, o de babalorixá mais antigo na tradição do Xangô Alagoano.

“Tia Marcelina, é verdade que ela foi a yalorixá mais famosa do Estado de Alagoas. Porque foi ela que fundou o Candomblé nesse Estado. Agora, a Nação de origem que ela fundou foi Nagô (...). O que aconteceu com tia Marcelina eu não posso historiar muito certo porque eu conto, eu converso, eu conto as histórias que eu ouvia meu avô contar, né? Bem, meu avô contava, contou, me explicava como se deu o acontecimento. Ela, tia Marcelina, era filha de Ogum Jobim. Alguém confunde e diz que ela era filha de Xangô Dadá, mas a tia Marcelina era filha de Ogum Jobim (...). A tia Marcelina, quando ela fundou, foi muito interessante quando ela fundou o candomblé aqui no Estado de Alagoas. Todas as classes queriam conhecer a tia Marcelina, queria conhecer a religião, queria conhecer o candomblé. Uns iam porque freqüentavam como filho de santo, outros iam como curiosos. Olhar, conhecer o que é o terreiro, o que é o candomblé, o que era a seita. O meu avô falava que o ex-governador Euclides Malta, ele era filho de santo da tia Marcelina e o Orixá dele era Obá, filho de Obá.

É interessante o entusiasmo com que Pai Maciel fala de Tia Marcelina, que, segundo este, é famosa por ser a fundadora do candomblé de Alagoas. Pai Maciel afirma que *“todas as classes queriam conhecer”*, sendo seu terreiro freqüentado até por Euclides Malta.

Não são incomuns, envolvimento entre políticos e dirigentes dos candomblés, como alguns casos que ficaram famosos por adquirirem repercussão midiática. Nesse depoimento, a condição atribuída ao Governador não é somente de “cliente” ou “curioso” das práticas religiosas de matriz africana, mas de “iniciado”, filho de santo de Tia Marcelina.

Pai Maciel explica que Euclides Malta, prevendo o que pudesse acontecer à sua *“madrinha,”* recomenda que:

“Após a saída dele, ela saísse de Alagoas para o bem dela, porque o próximo governador, que estava tomando posse ele não gostava, não aceitava, não acreditava nessa religião de candomblé, de umbanda, de nada de candomblé. Então ela não tomou conselho. Não aceitou. Não tomou orientação. Não tomou conselho, também não obedeceu ao seu próprio Orixá (Ogum Jobim). Jogou os búzios pra Ogum, Ogum disse a ela num código adivinhatório dos babalorixás. No jogo, Ogum revelou a ela que fosse embora de Alagoas para o domínio do outro lado. Quer dizer, as outras águas. Quer dizer, a Salvador, a Pernambuco ou outro Estado qualquer e ela não foi. Apegou-se a Maceió, apegou-se ao dinheiro, ao ouro, à casa, ao terreiro, ao ilê, à filiação e não foi. Depois que o governador saiu, ela recebeu a repressão, o lepê ou o castigo e passou pela decepção”.

Sobre a causa da repressão, a ênfase dada por Pai Maciel se concentra na intolerância relacionada às práticas de matriz africana. A repressão contra os terreiros seria, segundo Pai Maciel, esperada por Euclides Malta, já que este aconselha a Tia Marcelina ir embora para outro Estado, pois, o futuro governador, Clodoaldo da Fonseca, *“não gostava, não aceitava, de nada de Candomblé”*.

A disputa política não aparece como principal motivo de destruição aos terreiros, como pura forma de vingança ao ex-governador. O que desencadearia o Quebra seria uma junção deste fato com, principalmente, uma intolerância por parte do próximo governador. Por isto Tia Marcelina não deveria se *“apegar”* a Maceió.

“É que quando o negócio vem pra acontecer, a gente deve confiar, mas deve ouvir conselhos, deve ouvir também orientação das pessoas, amigos e do seu próprio santo”.

A resistência de Tia Marcelina em não fugir não é interpretada somente como coragem, mas também de acordo com Pai Maciel, como “desobediência” ao Orixá, devido ao “apego” aos bens materiais e espirituais, sendo a violência da qual ela é vítima considerada também como “castigo”.

Segundo Pai Maciel, o terreiro de Tia Marcelina, por ser considerado a *“casa matriz”*, foi o primeiro a ser quebrado:

“Então quando houve a repressão e o Quebra dos terreiros de candomblé, quando quebraram o terreiro dela, o que aconteceu foi quando houve a evasão da perseguição, aí disseram, bateram, quebraram a cabeça dela, quebraram braço, quebraram perna. Aí ela caiu. Quando caiu ela disse assim: bate moleque, lasca cabeça, quebra a cabeça, quebra braço, quebra perna, tira sangue, mas não tira saber”.

De acordo com Pai Maciel, Tia Marcelina viria a falecer algum tempo depois desse episódio. A frase atribuída a ela, nesse momento, parece ser uma espécie de resistência das religiões afro-brasileiras que, mesmo diante da violência física, persistem em ser guardiãs da cultura de matriz africana, de um “saber” que o repressor, nas várias formas de ataque, não conseguiu tirar, e que hoje serve também para reivindicações dos adeptos por reconhecimento e respeito por parte da sociedade abrangente.

No depoimento de Pai Maciel, Tia Marcelina é aquela que traz o conhecimento da África junto à sua Coroa de Dadá e funda o Candomblé em Alagoas. O terreiro de Tia Marcelina seria de nação Nagô.

É interessante observar a frequência que o termo Nagô foi reivindicado nas entrevistas como sinônimo de tradição. Geralmente, a identificação dos terreiros foi feita com mais de uma “*Nação*”, sendo, comumente, complementada: “*nós ainda temos uma raspinha de nagô*”. A partir de sua genealogia religiosa, Pai Maciel estaria ligado à Tia Marcelina e esta conseqüentemente à África.

Tia Marcelina, apresentada como fundadora do candomblé em Alagoas, portanto, a principal vítima do Quebra-Quebra, é a primeira e mais duramente a ser atacada quando se pretende exterminar a religião afro-brasileira no Estado. É “poderosa” ao ponto de ser a Mãe de santo do Governador e de “desobedecer” ao próprio Orixá.

Segundo Dantas (1998: 62)

É neste sentido que as “histórias dos terreiros” seriam histórias construídas, histórias míticas sobrecarregadas de sentido, não significando, com isso, que sejam necessariamente falsas e conscientemente forjadas, mas que os aspectos realçados e recorrentemente invocados – como no caso específico a ligação com a África e a pureza da tradição – assim o são porque, além do aspecto cognitivo e da afirmação de identidade, há um espaço possível de manipulação, através do qual é possível legitimar-se ou auferir vantagens.

Pai Maciel explica:

“Se me disser: você prova? Eu não posso provar. Eu não posso provar que eu não vi. Eu tô contando, eu estou historiando uma história que eu ouvi do meu avô de santo... É dialogando que se aprende mais”.

Rosa Mossoró:

“O candomblé é uma perfeição, entendeu? As mínimas coisas é uma perfeição. A gente tem que fazer tudo por amor a um Orixá. Tem que ser tudo bonito, por que o Orixá quer tudo bonito (...)”.

Ao falar de sua religião Rosa Mossoró enfatiza a beleza, exigida pelos Orixás, as obrigações religiosas dos adeptos são descritas como uma relação de amor entre estes e a divindade.

“Ouvi falar do Quebra, de tia Marcelina, ouvi falar. Mas eu não sei, como é que diz... explicar o que realmente aconteceu naquela época. Por que eu nunca falei com pessoas que realmente foi [sic] daquela época. Que viu todo o Quebra. (...) Se mataram a tia Marcelina dentro do Candomblé, se Euclides era filho de santo de tia Marcelina. Mas eu acredito que ele foi filho de santo dela. Eu acredito por que existe o Exu. Dizem que tem um Exu ali debaixo daquelas escadarias lindas do palácio do governo. Se existe um Exu ali, foi na época do Quebra, foi na época de tia Marcelina maravilhosa. Se existe realmente um Exu debaixo daquelas escadarias, se existe um Exu foi tia Marcelina que botou”.

Quando perguntada sobre o Quebra de 1912 e Tia Marcelina, Rosa Mossoró diz não saber explicar, não ter certezas sobre o assunto, mas que acredita na ligação de Euclides Malta à yalorixá devido à suposta “existência” de um Exu plantado na escadaria do Palácio do Governo. Para ela, só a “*Tia Marcelina maravilhosa*” poderia tê-lo posto.

“Se existe um exu plantado no palácio do governo, ou melhor, no palácio dos martírios, só quem teve a ousadia de botar foi Tia Marcelina, que era Mãe de santo de Euclides. Que até hoje ninguém sabe se ele foi filho de santo dela ou só um cliente. Mas eu acho que não. Eu acho que ele era filho dela e na época não podia dizer. Na época ninguém pôde dizer como também hoje ninguém pode dizer quem é filho de quem. E ninguém tem a certeza se Tia Marcelina foi morta dentro do candomblé dela. Ninguém tem certeza de nada, só tem a certeza que Euclides usava feitiçaria, como eles dizem. Como eles dizem que ele usava feitiçaria, que ninguém prova. Ninguém viu. E ninguém vê entidade. Ninguém vê um Orixá. Ninguém vê. A gente só sente a presença deles. Então se Euclides foi tão aceito entre os Orixás é por que ele tinha muita coisa boa pra dar. Por que o Orixá só lhe dá luz quando sabe que você merece que dê a luz dele. Mas quem tem uma índole ruim não existe Orixá, não existe nada que dê luz a ele. Sempre tem aquela luz... O odum dele sempre é negativo”.

Rosa Mossoró acredita que Euclides Malta era filho de santo de Tia Marcelina e por esta condição lhe atribui valores positivos. Nesse discurso sobre a provável ligação do

“Governador” com a “Mãe de santo”, classifica-o como alguém que tinha “*muita coisa boa pra dar*” e “*merecedor da luz dos Orixás*”.

Ainda de acordo com Dantas (1998: 59-60):

Tais recortes se fazem em função dos interesses em jogo e dos objetivos visados, enfim, dentro da experiência social dos que contam a “história” hoje, pois o que é apresentado como um simples discurso sobre o passado termina agindo sobre ele, operando reconstruções, evocando identidades, realizando, enfim, um trabalho de produção de sentido que visa legitimar ações no presente.

Em frente à câmera, a questão sobre quem foi Tia Marcelina instiga um exercício de memória nos babalorixás, yalorixás e filhos de santo que resulta na (re) construção de uma Tia Marcelina. Nos dois estudos de casos, presentes nesse artigo - Pai Maciel e Rosa Mossoró - Tia Marcelina é descrita de forma distinta, mas nos dois depoimentos ela é uma “poderosa” representante da religião afro-alagoana.

Tal imagem de Tia Marcelina, leva consigo, nos dois casos, a relação desta com Euclides Malta. A partir disto, ele também passa a receber classificações positivas que, ao contrário de negar estas relações, o incluem enquanto protegido de Tia Marcelina e participante ilustre do Xangô alagoano.

Na filmagem das entrevistas para o documentário, sendo uma exposição pública, é momento de afirmação de uma identidade positiva, na qual as práticas religiosas afro-brasileiras em Alagoas são *nomeadas* pelos adeptos.

Estas práticas são apresentadas como distintas dos estigmas (Cuche, 2002) atribuídos aos “Xangôs”, historicamente, pelo restante da sociedade alagoana. Estigmas que ainda hoje “justificam” perseguições, de diversos tipos, a essas casas de culto e aos seus adeptos.

Apesar do silêncio histórico que envolve o Quebra, quando este é reconstruído na memória dos adeptos para ser apresentado no filme, é pensado como um ato de violência e desrespeito. A figura de Tia Marcelina ressurgiu então, em depoimentos de Pai Maciel e Rosa Mossoró, como portadora de uma tradição, no primeiro caso, e, no segundo, como uma Tia Marcelina “*linda, maravilhosa*”, mesmo que na entrevistada Rosa Mossoró afirme que pouco ouviu falar nela.

Destacando elementos que podem servir para uma reflexão sobre a identidade religiosa afro-brasileira em Alagoas, a câmera representa um meio de expressão oral e imagética para os adeptos, ou seja, apresenta-se como um meio de visibilidade importante, tendo em vista que os Xangôs alagoanos não encontram espaço efetivo de afirmação pública.

Afirma-se, então, diante da câmera, uma identidade positiva (Cuche, 2002), contrária ao estigma que associa tais práticas religiosas a uma “magia negra”, tomando-se em conta os significados de que podem estar imbuídas estas duas palavras. Os cultos afro-alagoanos têm atuado sob determinadas condições estabelecidas pela sociedade dominante. A liberdade de culto das religiões afro-brasileiras, em Alagoas, continua sendo limitada.

Notas de rodapé

* Graduado em História pela Universidade Federal de Alagoas/ UFAL. Pesquisador vinculado ao Laboratório de Antropologia Visual em Alagoas/ AVAL, da UFAL.

¹ Historiador Sávio de Almeida em entrevista para o documentário *1912: O Quebra de Xangô*. No momento em que diz: “*Tem outra Marcelina que vai entrar ali pela aquela fresta, que ta ali, por aquele buraco que ta ali*”, ele aponta com o dedo para a câmera.

² DOCTV é um programa de fomento à produção e teledifusão de documentários brasileiros. Com o objetivo de incentivar a produção de documentários regionais, implantando um circuito nacional de teledifusão de documentários através da rede pública de televisão. É fruto de um convênio firmado entre a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, a TV Cultura e a ABEPEC – Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, em agosto de 2003. Em sua terceira edição, “DOCTV III - Olhares Imaginando O Brasil”, no ano de 2007, o filme *1912: O Quebra de Xangô*, um roteiro sobre o fato da destruição dos terreiros de Maceió em 1912, foi um dos premiados, em 2º Lugar. O financiamento para um segundo roteiro foi possibilitado através de uma parceria com a Secretaria de Cultura do Estado no projeto Alagoas Em Cena.

³ Participei nesse documentário durante as três etapas que o compõem: *pré-produção, produção e pós-produção*, no período de 18/01/2007 a 28/08/2007.

⁴ Um terreiro de Candomblé fundado pelo babalorixá Arthur Rosendo quando este foge da perseguição em Alagoas.

⁵ Segundo Lody (1987:13) “no Nordeste, notadamente nos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, os modelos mais tradicionais das religiões afro-brasileiras são chamados de *Xangô*”. Mesmo que o termo seja rejeitado por parte dos adeptos que tentam distinguir o nome do culto da divindade Xangô.

⁶ Nascimento, Morôni L. “*O Quebra de 1912: o Filme e as Representações de Tia Marcelina*”. Trabalho apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Alagoas. *Maceió, 2008*.

⁷ O nome completo seria “Liga dos Republicanos Combatentes em Homenagem a Miguel Omena”. Este, segundo Félix Lima Jr. (2001), foi um militante do partido Republicano Democrata, ferrenho opositor ao governo Malta, que foge de Alagoas depois de um conflito com o comandante do batalhão de polícia, resistindo a uma tentativa de desarmamento. Sendo preso e morto no estado do Paraná, tornando-se um símbolo de oposição ao governo Malta para os jovens republicanos democratas.

⁸ As peças que sobreviveram a esta devassa são inicialmente expostas na sede do *Jornal de Alagoas*, depois, na sede da Liga e, posteriormente, foram entregues à instituição beneficente Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió. Em 1950, diante da ameaça que tais peças tivessem como destino museus da América do Norte, o Professor Abelardo Duarte e o folclorista Théo Brandão conseguem que sejam doadas ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Estes dois importantes intelectuais, consórcios da referida instituição, classificam-nas com a contribuição do sociólogo pernambucano René Ribeiro.

⁹ Para uma discussão sobre o “Quebra dos Terreiros de 1912” ver Duarte, 1952, 1974; Tenório, 1997; Lima Jr., 2001; Barros, 2004; Rafael, 2004; Cavalcanti, 2005.

¹⁰ Segundo Rafael (2004: 05) essa expressão foi cunhada pelo pesquisador pernambucano Gonçalves Fernandes, em visita a Alagoas em junho de 1939, para designar a modalidade de culto que encontrou sendo praticada. Pai Maciel, em sua entrevista para o documentário, refere-se à prática afro-religiosa em Alagoas em uma época posterior a 1912, da seguinte forma: “*Então, aí o povo ia fazer os santos, ia fazer obrigação, (...) mas era tudo calado, embasavam o alerí, (...) que o povo em português chama maracá, balançava o maracá baixinho pra fazer as obrigações. (...). Ainda hoje existem muitos terreiros que ficou ritualizados [sic] em fazer suas obrigações só batendo palma*”.

¹¹ Euclides Malta é oriundo de uma família de proprietários rurais da cidade de Mata Grande, AL. E de acordo com o dicionário Aurélio (2000), “Soba” é termo da língua quimbundo com o significado de “Chefe ou régulo de tribo africana”. Sendo uma das línguas de origem Bantu constituintes do português do Brasil, Cavalcanti e Rocha afirmam: “o Kimbundo – uma das seis línguas veiculares de Angola, faladas pelo povo ambundo, concentrado na região central do país, entre Luanda e Malanje, e que foi certamente uma das línguas africanas mais importantes do Brasil” (Barros & Cavalcanti, 2006: 169-170).

¹² Segundo Ramos (1935: 24), “Exu, Leba, por exemplo, divindades gêge-yorubanas, identificaram-se ao diabo, no Brasil.”

¹³ Segundo Rafael (2004), em sua etnografia sobre o quebra dos terreiros, baseada nas reportagens vinculadas no *Jornal de Alagoas*, o babalorixá Chico Foguinho, “*Com a ajuda de seus irmãos Cesário Tompson, Chico de Têca e Japyassu, (...) conseguiu arrastar o Governador do Estado para a festa de inauguração de sua nova casa, ocasião em que essa autoridade teria sido aclamada representante máximo na terra do deus Leba e, portanto, o papa do Xangô alagoano*”.

¹⁴ Ulisses Neves Rafael é antropólogo da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Defendeu a Tese de Doutorado sobre o Quebra de 1912: “*Xangô Rezado Baixo: Um Estudo da Perseguição aos Terreiros de Alagoas em 1912*”. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2004.

15 [Grifo meu].

16 Rachel Rocha é Antropóloga pesquisadora do Laboratório da Cidade e do Contemporâneo – LACC, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

17 Esta seria a antiga rua da Aroeira, próxima à antiga Praça Euclides Malta, hoje Praça Sinimbú.

18 Sávio de Almeida, se referindo à tese defendida pelo antropólogo Ulisses Neves Rafael.

19 Sávio de Almeida se referindo ao artigo que publicou: “Uma Carta de Amor Para Tia Marcelina”.

20 Nossa Senhora dos Prazeres é a padroeira da cidade de Maceió, celebrada no dia 27 de agosto.

21 “Assim, a questão da objetividade num filme etnográfico não se coloca de maneira diferente a partir do instante em que sabemos que nenhuma atividade filmada – cujo agente se sabe filmado – escapa aos efeitos da presença do cineasta, quer dizer, da profilmia; e que um filme, mesmo documentário, é sempre o resultado do confronto de duas *mises en scène*, a das pessoas filmadas (*auto-mise en scène*) e a do cineasta (*mise en scène*)” (France, 1998: 393).

22 Segundo Le Goff (1996: 475 – 476), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje na febre e na angústia”.

23 Pai Maciel é babalorixá e dirigente da Federação dos Cultos Afros Umbandista de Alagoas localizada no bairro da Ponta Grossa, em Maceió (AL).

24 Rosa Mossoró é filha de santo do babalorixá Manoel Xoroquê, líder religioso do terreiro Ilê Axé Legionirê, localizado no Bairro Benedito Bentes II, em Maceió, AL.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Luiz Sávio de; CABRAL, Otávio; ARAÚJO, Zezito; (Orgs.). **O Negro e a Construção do Carnaval no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2003

BOURDIEU, Pierre. **“A Economia das Trocas Lingüísticas”**. São Paulo: Edusp, 1996.

CUCHE, Denys. **“A Noção de Cultura nas Ciências Sociais”**. (trad.) Ribeiro, Viviane. 2ª ed. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

DANTAS, Beatriz Góis. **Vovó nagô, papai branco: Usos e Abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

DUARTE, Abelardo. **“Sobre o Panteão Afro-Brasileiro”**. Revista do Instituto

Histórico de Alagoas. Maceió: Comissão Estadual da Abolição, 1952. pp. 68-79.

_____. **Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança**. Maceió: DAC/SENEC, 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FRANCE, Claudine de. **Cinema e Antropologia**. (Trad.) Március Freire. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Bernardo Leitão. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Maceió de outrora: Obra póstuma**. Organizado e apresentado por Rachel Rocha. Maceió: Edufal, 2001.

LODY, Raul. **Candomblé: religião e resistência cultural**. São Paulo: Ática, 1987.

NASCIMENTO, Morôni Laurindo do. **O Quebra de 1912: O Filme e as Representações de Tia Marcelina**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas, 2008.

RAFAEL, Ulisses Neves. **“Xangô Rezado Baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912”**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2004. Tese de Doutorado, 262p.

RAMOS, Arthur. **O Folk-Lore Negro do Brasil — demopsychologia e psychanalise**. Col. Bibliotheca de Divulgação Científica vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Metamorfose das Oligarquias**. Curitiba: HD Livros, 1997.

Artigos:

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *“A Nega Jujú e o Moleque namorador - uma notícia ultra preliminar”*, in ALMEIDA, L. Sávio de; CABRAL, Otávio e ARAÚJO, Zezito. **O Negro e a Construção do Carnaval no Nordeste**. Maceió: Edufal, Série Didática nº 4, 1996b, pp. 75-96.

BARROS, Rachel Rocha de Almeida. *“Para entender o ‘Quebra de 1912’”* in **Jornal Gazeta de Alagoas**. Maceió: Gazeta, 2004. (<http://gazetaweb.blobo.com/gazeta>)

BARROS, Rachel Rocha de Almeida & CAVALCANTI, Bruno César. "Os afro-brasileiros e o espaço escolar – por uma pedagogia do lúdico e do Informal" in BRAGA, Maria Lúcia de Santana; PINTO, Ana Flávia Magalhães; SOUZA, Edileuza Penha de. (Orgs.). **Dimensões da Inclusão no Ensino Médio: Mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

BEZERRA, Edson (Bananela). **Manifesto Sururu**. 2007. (<http://www.aiegua.com.br>).

CAVALCANTI, Bruno César. "As *Bantas Coisas de Alagoas* – "Cultura Negras, Passado e Presente" in **Jornal Gazeta de Alagoas**. Maceió: Gráfica da Gazeta, 2005. (<http://gazetaweb.blobo.com/gazeta>)

ROSAS, Oséas. "Duas Palavras Sobre o Candomblé em Alagoas" in **Jornal de Alagoas** de 31 de maio, 1959 p. 10.

Periódicos:

Jornal de Alagoas. Maceió: 1912.

O Combatente. Maceió: 1914.

Filme:

1912: O Quebra de Xangô. Direção Siloé Amorim, 2007.

Entrevistas com pesquisadores:

Luiz Sávio de Almeida

Rachel Rocha de Almeida

Ulisses Neves Rafael

Entrevistas com adeptos dos cultos afro-brasileiros em Alagoas:

Babalorixá José Benedito Maciel, o Pai Maciel.

Filha de Santo Rosa Mossoró (Rosa Lúcia Bezerra).